

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA:

UMA ANÁLISE DO MS ALFABETIZA, CNCA E LEEI À LUZ DA META 5 DO PNE

Leidi Laura BREGUEDO (JDLP – Nova Andradina)¹

RESUMO

Este trabalho analisa três políticas públicas educacionais voltadas à promoção da alfabetização das crianças na idade certa, conforme preconiza a Meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE): o MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança (programa estadual de Mato Grosso do Sul), o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), de âmbito federal, e o programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI), também de abrangência estadual. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com base em análise documental de diretrizes oficiais e literatura científica. Os resultados parciais indicam que as políticas analisadas, embora com especificidades distintas, atuam de forma complementar, fortalecendo a formação docente, o uso de diagnósticos pedagógicos e a valorização das práticas de linguagem desde a Educação Infantil. A atuação articulada entre União, estados e municípios, aliada ao suporte técnico e ao monitoramento contínuo, revela-se como elemento-chave para o cumprimento da Meta 5 do PNE. Conclui-se que a consolidação dessas políticas depende da continuidade administrativa, financiamento adequado e compromisso político com a garantia do direito à alfabetização.

Palavras-chave: alfabetização; políticas públicas; educação infantil.

1. INTRODUÇÃO

A alfabetização na idade certa representa um dos maiores desafios da educação pública brasileira contemporânea. A Meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece que “todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 3º ano do ensino fundamental” (BRASIL, 2014). No entanto, os dados nacionais apontam que essa meta ainda está longe de ser cumprida, especialmente entre as crianças em situação de vulnerabilidade social.

Diante desse cenário, diferentes políticas públicas têm sido implementadas para enfrentar os obstáculos estruturais e pedagógicos da alfabetização. Entre elas, destacam-se o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), lançado pelo Governo Federal em 2023, o MS Alfabetiza, programa estadual de Mato Grosso do

¹ Professora de Educação Básica na Escola Municipal Prof João de Lima Paes – Nova Andradina MS. Aluna Especial do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGEd – Dourados MS- E-mail: ladybreguedo@gmail.com

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Sul, e o LEEI – Leitura e Escrita na Educação Infantil, voltado ao fortalecimento das práticas de linguagem na primeira infância.

O objetivo deste trabalho é analisar como essas três políticas contribuem para o cumprimento da Meta 5 do PNE, destacando suas estratégias, articulações e limites. A pesquisa se ancora na abordagem qualitativa e utiliza a análise documental de programas, legislações e estudos acadêmicos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

A formulação e a implementação de políticas públicas educacionais são marcadas por desafios históricos. Como destaca Oliveira (2019), há uma “dissociação frequente entre os objetivos declarados nas políticas e os resultados efetivamente alcançados pelas redes de ensino”. Essa lacuna pode ser atribuída a diversos fatores, como a ausência de continuidade política, a fragilidade das estruturas de gestão e a insuficiência de recursos técnicos e financeiros.

Segundo Secchi et al. (2021), “o PNE é fruto de um processo político denso, que envolveu disputas, consensos e a atuação de diferentes atores sociais e institucionais”. Dessa forma, o cumprimento das metas do plano exige políticas públicas articuladas, consistentes e sustentáveis.

Esta pesquisa se insere no campo da abordagem qualitativa, conforme orientações de Lüdke e André (1986), priorizando a análise documental de políticas públicas e a leitura crítica da literatura científica atual. Os documentos analisados incluem leis, diretrizes oficiais, portais institucionais e programas governamentais disponíveis nas plataformas da SED/MS e do MEC. Além disso, foram consultados artigos acadêmicos que tratam da implementação de políticas educacionais e dos desafios da alfabetização no Brasil (SARMENTO et al., 2024).

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO

3.1 MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança

Criado pelo Governo do Mato Grosso do Sul, o programa MS Alfabetiza articula-se com os municípios para garantir que as crianças estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental. O programa estabelece uma política de



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

formação continuada de professores, distribuição de materiais didáticos e realização de avaliações diagnósticas periódicas.

De acordo com o portal da SED/MS (2022), o programa se baseia na premissa de que “a alfabetização é um direito da criança e uma responsabilidade de todos os entes federados”. Essa ideia se concretiza na cooperação entre estado e municípios, que elaboram juntos planos de ação com metas específicas.

O diferencial do MS Alfabetiza é a ênfase na formação docente com base em evidências científicas. A proposta se alinha à literatura que destaca a importância de ações fundamentadas em práticas de ensino eficazes. Como argumenta Sarmento et al. (2024), “a ausência de formação continuada e contextualizada compromete a efetividade das políticas de alfabetização”.

3.2 CNCA – Compromisso Nacional Criança Alfabetizada

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído em 2023, é uma política nacional que retoma e amplia experiências anteriores, como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). O CNCA tem como objetivo central assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental, antecipando, portanto, a meta do PNE.

O documento oficial do MEC (BRASIL, 2023) destaca que o CNCA “contempla o regime de colaboração entre União, estados e municípios, com suporte técnico e financeiro, priorizando a equidade e a superação das desigualdades educacionais”. Uma das ações centrais do programa é a oferta de recursos para formação de professores, produção de materiais de apoio pedagógico e realização de avaliações diagnósticas nacionais.

O CNCA se destaca por sua dimensão federativa, pois envolve todos os entes da federação em uma ação coordenada. A literatura especializada reforça a importância desse modelo. Para Oliveira (2019), “políticas públicas que ignoram a complexidade da gestão federativa tendem a fracassar, sobretudo em países com grandes desigualdades regionais”.

3.3 LEEI – Leitura e Escrita na Educação Infantil

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

O programa LEEI, criado pela Secretaria de Educação do Mato Grosso do Sul em 2023, visa fortalecer o trabalho com leitura e escrita desde a Educação Infantil. A proposta reconhece que o processo de alfabetização não se inicia no 1º ano do ensino fundamental, mas é precedido por um conjunto de experiências linguísticas fundamentais na primeira infância.

Segundo a SED/MS (2023), o LEEI “valoriza as práticas de linguagem na Educação Infantil, respeitando as especificidades do brincar, da escuta e da oralidade”. O programa oferece formações específicas para professores da etapa infantil, estimula a criação de espaços literários nas escolas e promove a integração entre creches e pré-escolas.

Essa abordagem é coerente com os estudos de Sarmento et al. (2024), que defendem a “ampliação da concepção de alfabetização, incorporando o desenvolvimento da linguagem oral e a imersão em práticas sociais de leitura e escrita desde os primeiros anos”.

3.4 Desafios estruturais e pedagógicos para a efetivação da Meta 5 do PNE

Apesar dos avanços proporcionados pelas políticas públicas analisadas, persistem obstáculos estruturais e pedagógicos que limitam a efetividade das ações voltadas à alfabetização. O Brasil ainda enfrenta desigualdades históricas em relação ao acesso, permanência e qualidade da educação nos primeiros anos do ensino fundamental, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Segundo Sarmento et al. (2024), “o fracasso da alfabetização na idade certa é reflexo de uma dívida social acumulada, que exige políticas educacionais comprometidas com a equidade”.

Entre os principais desafios, destaca-se a rotatividade de professores, a carência de infraestrutura escolar adequada e a falta de políticas de valorização profissional duradouras. A formação inicial ainda se mostra desarticulada da realidade das salas de aula. Conforme Oliveira (2019), “as políticas de formação docente muitas vezes são elaboradas sem diálogo com a realidade das redes escolares, o que compromete sua efetividade”.

Outro aspecto crítico é o acompanhamento das aprendizagens. Muitos sistemas ainda carecem de instrumentos eficazes para identificar precocemente as

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

dificuldades dos alunos, dificultando a implementação de intervenções pedagógicas oportunas. Oliveira (2019) destaca que “a ausência de um sistema de monitoramento consistente prejudica a efetividade de qualquer política pública educacional”.

Além disso, a descontinuidade das políticas é uma constante. Mudanças de gestão governamental frequentemente interrompem programas que ainda estão em fase de implementação, o que compromete seus resultados a longo prazo. Como afirmam Secchi et al. (2021), “a efetividade das metas do PNE está condicionada à ação coordenada entre União, estados e municípios, bem como à apropriação das políticas pelas redes escolares”.

3.5 A importância da articulação intersetorial e comunitária

Outro ponto relevante para o cumprimento da Meta 5 do PNE é a articulação entre escola, família e comunidade. O processo de alfabetização não se restringe ao espaço escolar, exigindo o envolvimento de múltiplos atores sociais. Segundo o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (BRASIL, 2023), “a participação das famílias e comunidades é essencial para o desenvolvimento pleno das crianças, sendo parte integrante da política de alfabetização”.

A literatura especializada aponta que o fortalecimento do vínculo escola-família é fator determinante para o sucesso da alfabetização. A criação de espaços de escuta ativa com pais e responsáveis, o incentivo à leitura em casa e o uso de tecnologias digitais para engajamento familiar são estratégias eficazes e ainda pouco exploradas. Conforme Sarmento et al. (2024), “o direito à alfabetização deve ser compreendido de forma ampla, incluindo a valorização das práticas sociais de leitura e escrita no cotidiano das crianças”.

Outro aspecto fundamental é a ampliação do acesso à leitura. De acordo com o Plano Nacional do Livro Didático, “a literatura infantil deve ser um recurso estruturante na prática pedagógica, pois promove o desenvolvimento da linguagem, da imaginação e da sensibilidade estética” (BRASIL, 2023). Assim, bibliotecas escolares, rodas de leitura e contação de histórias precisam ser fortalecidas como práticas permanentes.

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

A integração com as universidades também desponta como estratégia promissora. Parcerias entre secretarias de educação e instituições de ensino

superior podem potencializar ações formativas e produção de materiais didáticos contextualizados. Secchi et al. (2021) apontam que “a universidade tem papel fundamental na mediação entre teoria e prática, atuando como catalisadora da inovação pedagógica”.

3.6 Caminhos para o fortalecimento das políticas de alfabetização

Para que a Meta 5 do PNE seja efetivamente alcançada, é imprescindível que as políticas públicas de alfabetização estejam ancoradas em três pilares: continuidade, equidade e monitoramento. A continuidade garante que as ações não sejam interrompidas por mudanças administrativas. A equidade assegura que os recursos cheguem às escolas que mais necessitam. E o monitoramento permite correções de rumo com base em dados consistentes.

No caso do MS Alfabetiza, CNCA e LEEI, observa-se a presença de instrumentos importantes como formações contínuas e avaliações diagnósticas. No entanto, como destacam Sarmento et al. (2024), “a avaliação deve ser compreendida como parte de um ciclo formativo e não apenas como medição de desempenho”.

Adicionalmente, é fundamental que a escuta de professores, coordenadores pedagógicos e alunos seja incorporada ao processo de tomada de decisões. Segundo Oliveira (2019), “a experiência dos profissionais da educação é um recurso valioso que precisa ser considerado na formulação de políticas”.

Por fim, a defesa do direito à alfabetização precisa ser compreendida como uma agenda nacional, suprapartidária e permanente. Conforme argumenta Sarmento et al. (2024), “a alfabetização não é apenas uma etapa da escolarização, mas um direito humano fundamental, que deve ser garantido a todas as crianças, independentemente de sua origem social, raça ou território”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos programas **MS Alfabetiza**, **CNCA** e **LEEI** revela que as políticas públicas voltadas à alfabetização na idade certa têm buscado superar o

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

histórico déficit de aprendizagem nas séries iniciais. Os três programas atuam de maneira complementar, destacando-se por estratégias como: formação docente continuada, avaliações diagnósticas, apoio pedagógico sistemático e valorização da Educação Infantil como etapa preparatória à alfabetização.

A implementação eficaz dessas políticas depende da articulação entre diferentes níveis de governo, da continuidade administrativa e da existência de financiamento adequado. Como observa Secchi et al. (2021), “a efetividade das metas do PNE está condicionada à ação coordenada entre União, estados e municípios, bem como à apropriação das políticas pelas redes escolares”.

Conclui-se que a Meta 5 do PNE pode ser alcançada, desde que as políticas de alfabetização sejam tratadas como prioridade nacional, com investimentos consistentes, monitoramento permanente e compromisso político com a educação básica pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Plano Nacional de Educação (2014-2024). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br>. Acesso em: 08 jul. 2025.

BRASIL. Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 08 jul. 2025.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *A pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2. ed. São Paulo: EPU, 1986.

MATO GROSSO DO SUL. MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança. Campo Grande: SED/MS, 2022. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/msalfabetiza/>. Acesso em: 08 jul. 2025.

MATO GROSSO DO SUL. Programa LEEI – Leitura e Escrita na Educação Infantil. Campo Grande: SED/MS, 2023. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/leei/>. Acesso em: 08 jul. 2025.

VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação”

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025



OLIVEIRA, Ana Cristina Prado de. Implementação das políticas educacionais: tendências das pesquisas publicadas (2007-2017). *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos em Política Educativa*, v. 4, p. 1-16, 2019.

SECCHI, Leonardo; NUNES, Gabriela S. da F.; CHAVES, Tamires J. de. O Plano Nacional de Educação: análise do processo de construção de uma política pública tipicamente brasileira. *Administração Pública e Gestão Social*, p. 1-16, 2021.

SARMENTO, Denise F.; FERREIRA, Rafael H. da S.; AROSSI, Gabriela P. PNE 2014-2025: (não) cumprimento das metas e a efetividade do direito à educação. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 35, 2024.

Realização:



Apoio:

